

Quarta-Feira, 24 de Junho de 2026

Mato Grosso recebe certificação de zona livre de aftosa sem vacinação em Paris

NOVA ERA DO AGRO

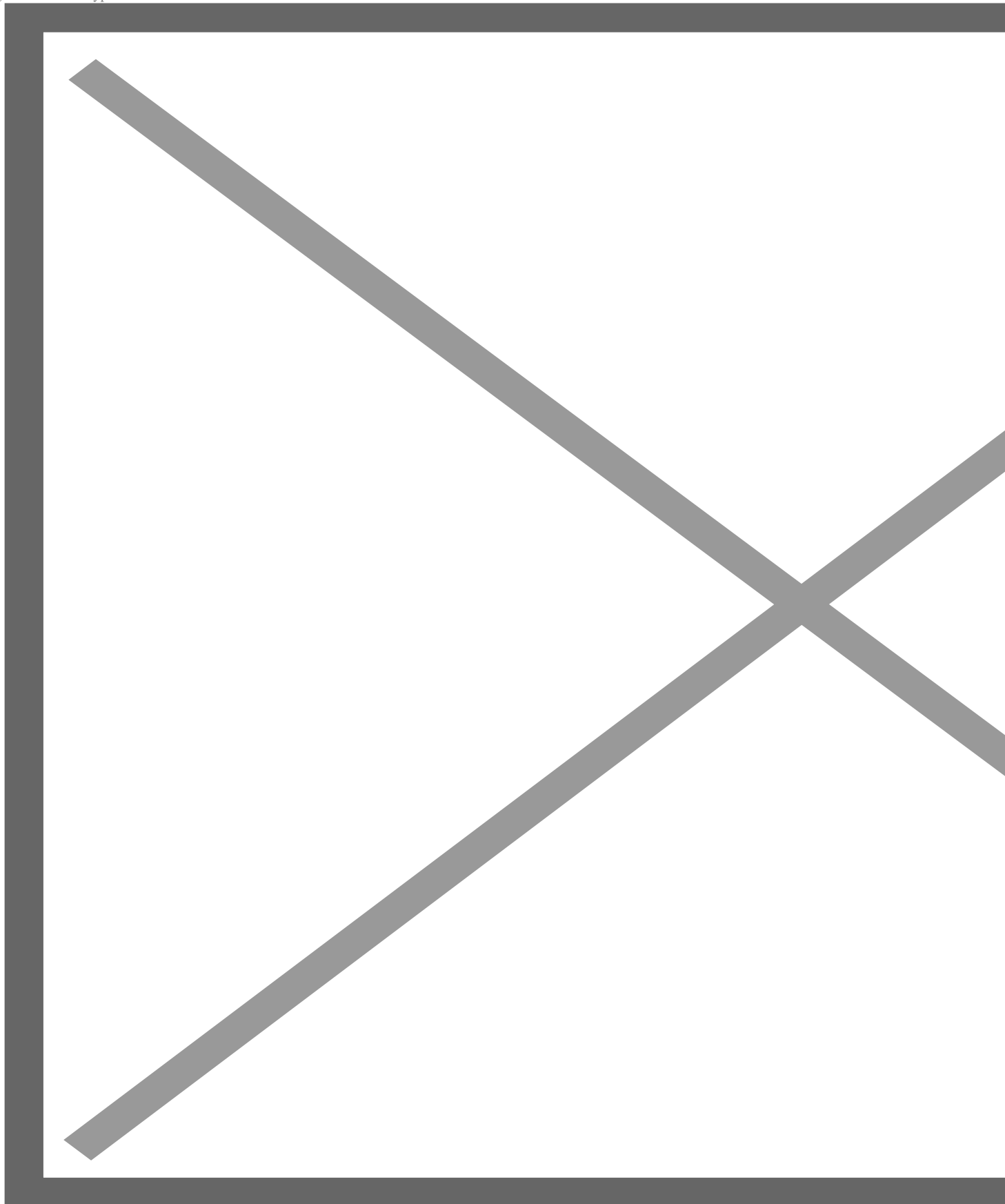
Da Redação

Durante a 92ª Assembleia da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), Mato Grosso obteve a certificação de zona livre de febre aftosa sem vacinação, o mais alto status sanitário do mundo na cadeia de bovinos, bubalinos e suínos. A comitiva mato-grossense, liderada pelo vice-governador Otaviano Pivetta, celebrou o momento aguardado por décadas nesta quinta-feira (29.5), na cerimônia oficial realizada em Paris, na França.

O reconhecimento coroa um trabalho técnico e político de mais de 40 anos, com destaque para os investimentos recentes da atual gestão estadual, que aplicou mais de R\$ 100 milhões nos últimos cinco anos em estrutura, pessoal e modernização do Instituto de Defesa Agropecuária (Indea). Os recursos públicos e privados viabilizaram concurso público, capacitação técnica, reforma de escritórios e unidades regionais, garantindo a segurança necessária para o fim da vacinação obrigatória.

“Agora é oficial, Mato Grosso livre de aftosa sem vacinação. Estamos aqui acompanhando a comitiva do vice-governador Otaviano Pivetta, os representantes do setor produtivo e nossos técnicos do Indea. Estamos muito felizes, pois é o reconhecimento de um trabalho de muitos e muitos anos, onde só o governo do estado nos últimos cinco anos investiu mais de R\$ 100 milhões de reais, com concurso público, capacitações junto com os fundos dos produtores, dos pecuaristas, reforma dos escritórios e das regionais do Indea, aquisição de veículos. É um trabalho conjunto da iniciativa privada e do governo que nos faz chegar nesse momento de muita alegria”, destacou o secretário de Desenvolvimento Econômico, César Miranda.

Image not found or type unknown



O vice-governador Otaviano Pivetta disse que a entrega do certificado representa um marco histórico para o agronegócio brasileiro e reforça o protagonismo de Mato Grosso, maior rebanho bovino do país, com 33 milhões de cabeças. A conquista deverá ampliar o acesso do estado a mercados internacionais mais exigentes, especialmente na Ásia, onde já se concentram as exportações de carne bovina — que somaram

US\$ 2,1 bilhões em 2023.

“Nós, mato-grossenses, brasileiros, estamos preparados para ajudar a alimentar o mundo com qualidade e com segurança. Essa certificação de hoje coroa o trabalho todo que foi feito e nós brasileiros que temos essa vocação natural de alimentar o mundo, estamos liberados para vender cada vez mais produto com mais qualidade com mais valor agregado. Tantas personalidades brasileiras, recebendo essa certificação que é histórica para nós, foram dezenas de anos trabalhando para isso acontecer. Nossos corpos técnicos, os estados cuidaram da sanidade animal, vigilância. É uma virada de chave para o Brasil. Agora, nós precisamos fazer uma manutenção disso e o desafio é mantermos a vigilância termos esse status para que o Brasil possa exercer a sua vocação, que é ser um grande produtor de bovinos”, afirmou o vice-governador Otaviano Pivetta.

O presidente da Famato, Vilmondes Tomain, também destacou o papel dos produtores na conquista, especialmente os pecuaristas.

“Hoje é só alegria. Nossa alegria como produtor rural, como representante do produtor rural do Mato Grosso. Parabéns aos pecuaristas, né, governador, que fizeram a sua tarefa de casa. Vocês conseguiram elevar o status brasileiro, os livres de aftosa sem vacinação. Isso é motivo de orgulho para nós. Estamos de parabéns. Agora é só cuidar, como os técnicos estão aí preparados para isso, para nos dar o norte do caminho para a gente manter esse status e ganhar mercado para o mundo afora.”

O certificado entregue pela OMSA sela uma transformação iniciada ainda nos anos 1970, quando a febre aftosa era um risco permanente para o rebanho estadual. Desde o último foco registrado em 1996, Mato Grosso avançou com campanhas de vacinação, estruturação institucional e vigilância sanitária. A nova certificação substitui o status de zona livre com vacinação, conquistado em 2001, e representa uma conquista coletiva de produtores, entidades e poder público — que agora precisam manter o padrão sanitário alcançado para preservar e ampliar os mercados internacionais.